

NOTAS PARA LER (COMO FEMINISTA)
RESISTENCIA CULTURAL E DIFERENCIA HISTÓRICA¹

Helena González Fernández
ADHUC-Teoria, Gènere, Sexualitat/Universitat de Barcelona

Resistencia cultural e diferencia histórica: a experiencia da subalternidade (2000), o penúltimo livro publicado por Xoán González-Millán, oferece um generoso compêndio teórico pensado para renovar os estudos galegos e, em particular, os conhecimentos convergentes sobre literatura, sociedade e nação. A meu ver, pode ser considerado um singular *reader* de autor único que recolhe os avanços teóricos da academia anglo-americana no final do século XX em torno dos conceitos de resistência cultural, diferença histórica, experiência e também do seu ambiente epistémico: contraespaço público, espaço literário nacional, sociedade civil, subalternidade colonial, novos movimentos sociais. Para Arturo Casas, trata-se de um «libro ardido que configura de novo unha especie de cartografía conceptual e heurística para un futuro incerto: o da pervivencia do que malia todo podemos seguir chamando Galiza» (2007: 67).

Que este livro tem muito de *reader* é evidente na inclusão de abundantes nomes e tendências; nas prolixas enumerações geradas por cada contribuição teórica para apontar as possibilidades de aplicação, juntamente com as suas críticas; na transcrição de numerosas citações que, além do mais, aparecem traduzidas para o galego com o objetivo não menor de tornar porosa a língua às novidades terminológicas; e, finalmente, alterna uma voz situada nos estudos galegos com uma voz autoral modesta que antepõe à imposição da doxa o compêndio teórico e a incitação ao diálogo —por isso, numa brevíssima «Nota final», afirma o autor que se trata de uma *opera aperta* que convida os estudos galegos a saírem do solipsismo, para participarem e intervirem

¹ Este capítulo é um resultado do Grupo de Recerca Consolidat *Creació i pensament de les dones* (2021 SGR 01097), financiado pelo Departament de Recerca i Universitats da Generalitat de Catalunya.

no debate (González-Millán 2000: 177). Ciente da função que a teoria tem na transformação social, este volume abriu um sofisticado e inovador laboratório de teoria sociocultural, repleto de ferramentas terminológicas, perspectivas de análise e controvérsias que diagramam e matizam algumas das contribuições que fecharam o século XX na teoria social crítica anglo-americana. Evita propositadamente cair em modas académicas — os recorrentes *turns* — embora este *reader*, é claro, esteja teórica e ideologicamente situado. De facto, foi publicado precisamente no ano 2000 com a intenção de renovar e movimentar os debates do século XXI de maneira que a teoria sociocultural interviesse na transformação política da Galiza, e esta contribuísse para pensar as nações subalternas da Europa. González-Millán declarava as suas intenções:

este proxecto naceu como un esforzo de auto-esclarecemento que tiña como horizonte de reflexión o fenómeno nacionalitario en contextos marcados pola subalternidade. Por tanto, Galicia (ou Escocia ou a Bretaña...) ben pode fornecer os elementos necesarios para poñer a proba algunhas das articulacións paradigmáticas articuladas nestas páxinas. (*ib.*)

PORQUE LER COMO FEMINISTA ESTE LIVRO?

Algumas contribuições à crítica literária feminista galega, assinadas por Susana Reisz, Silvia Bermúdez, Diana Conchado ou eu própria, mantiveram diálogo, quando menos ocasional, com González-Millán, quem, com curiosidade intacta e o seu fascínio pela teoria, reconheceu a necessidade de incorporar os estudos galegos aos debates críticos na viragem do século. Ora, reconhecer as deficiências não implica partilhar as mesmas soluções, razão pela qual este livro levanta não poucas questões sobre o lugar dos estudos de género/sexualidade na teoria social crítica, segundo a tradução cultural proposta por González-Millán num trânsito entre séculos em que género/sexualidade se consolidam como contribuição transversal, crítica e plural à teorização.

Formulo algumas perguntas. Que nomes e conceitos dos estudos de género e sexualidade, particularmente, da teoria feminista, inclui neste laboratório de teoria social crítica? Que continuidade ou que distâncias se observam entre as diferenças de sexo e género e os conceitos axiais do livro, particularmente *diferença* e *resistência* culturais? Que consideração tem a teoria feminista? Como resolve as tensões óbvias entre os conceitos de nação e género?

Xoán González-Millán foi um mestre querido e cúmplice. Estou-lhe em dívida pela sua lucidez teórica, que me ajudou a avançar na investigação literária. Nunca impôs obediência ou domesticação. É por isso que vou ler a sua abordagem da diferença (nacional) a partir dos estudos de género e da teoria feminista, ou seja, a partir de um conhecimento crítico situado, que localiza também nos corpos o campo de batalha teórico.

A TEORIA SOCIAL CRÍTICA FRENTE À EXCESSIVA DISCURSIVIDADE

No prefácio que abre o livro, González-Millán declara que as intenções que o guiam são «compendiar, contextualizar e sobre todo interrogar algumas propostas crítico-analíticas centradas na experiencia da subalternidade e na dinâmica de determinadas estratégias de resistencia» (10). O livro esquematiza as disputas de poder a partir das contradições e tensões que envolvem a ideia de nação porque o seu objetivo é renovar os estudos socioculturais galegos. Reconhece a sua dívida com o livro *Critical Social Theory* (1995), do sociólogo Craig Calhoun, que abordou várias vezes a revisão do conceito de nação. Em *Nations Matter: Culture, History, and the Cosmopolitan Dream* (2007), livro que infelizmente González-Millán não pôde ler, o sociólogo transferia o conceito para o âmbito da globalização complexa e indefinida, onde as posições pós-nacionais e transnacionais entram em tensão com os atrancos do patriotismo e do essencialismo. Afirma Calhoun num artigo:

I don't mean to denigrate cosmopolitanism — in which I hope I share — but to problematize its acceptance of economic, modernizing imaginaries without giving adequate attention to the formation of solidarity and the conditions that enable collective choices about the nature of society. (2002: 148)

A resistência a aceitar simplesmente a globalização neoliberal já o tinha levado antes, em *Nationalism* (1997), a esmiuçar várias feições da nação frente ao estado-nação. Calhoun é continuador da teoria crítica, particularmente do conceito de *esfera pública*, de Jürgen Habermas, que propõe estudar a partir de diferentes posições teóricas na monografia *Habermas and the Public Sphere* (1992), onde se recolhem contribuições da historiadora Mary P. Ryan e de duas pensadoras centrais da teoria crítica feminista, Seyla Benhabib e Nancy Fraser.

González-Millán, que cita esta monografia, interessa-se pela distinção entre *comunidade* e *contraespaço*, termos longamente trabalhados na teoria feminista, mas apenas recupera uma ideia de Fraser sobre o comportamento dos grupos marginais para matizar as fases de emergência da subalternidade. Raymond Williams, em *Marxism and Literature* (1977), oferecia uma tipologia dos diversos estados na cultura: residual, emergente e, particularmente, pré-emergente, uma etapa em que a cultura se mostra, segundo González-Millán, «activa e acuciante pero ainda non está articulada» (2000: 69-70). Fraser afirma que os grupos sociais produzem espaços públicos alternativos, que, na paráfrase de González-Millán, são «ámbitos discursivos que os grupos sociais subordinados inventan para a articulación e difusión de formulacións heterodoxas das súas identidades, intereses e necesidades» (70).² No entanto, distancia-se desta teórica pela ausência de uma reflexão sobre as dificuldades enfrentadas por grupos marginais ou subalternos para institucionalizar socialmente o seu discurso, e, além disso, emprega um argumento reiterado na sua crítica aos estudos de género e sexualidade ao

² Essa afirmação antecipa a análise que vai desenvolver no capítulo sobre movimentos sociais, particularmente com uma extensa citação de Rick Fantasia e Eric Hirsch (113).

longo de todo o livro: o «excesivo protagonismo asignado á discursividade» (70) no quadro foucaultiano.

González-Millán não hesita em oferecer uma defesa sem fissuras da centralidade categorial da *nação subalterna* e as suas prevenções diante de um «modelo multiplicador dos espazos públicos sociais, a pesar do seu atractivo» (73). Infere-se que os estudos de género e sexualidade provocam justamente esse efeito e, portanto, mesmo sendo relevantes na epistemologia social, produziriam uma difração a respeito de um conceito como *nação*, considerado coerente e aglutinador da pluralidade social.

EXCESSO DIFERENCIAL, RELATIVISMO,
OU O SINTOMÁTICO ETCÉTERA

O limiar capta, sem acrimónia mas com total clareza, a desconfiança diante dos perigos do relativismo no pós-modernismo quando delimita as linhas de investigação que derivam de uma análise social formada ao redor da diferença cultural:³ em primeiro lugar, as consequências inevitáveis do reconhecimento das diferenças culturais para a investigação; em segundo lugar, a necessidade de explorar, na sua complexidade, o conceito de especificidade histórica; e, em terceiro lugar, as diferenças culturais em relação à especificidade histórica (18). Este último permite compreender as razões da desconfiança de González-Millán diante dos estudos de género, raciais e, ainda que não explicitamente declarada, da sexualidade, ou seja, diante das políticas da diferença. Defende, então:

[...] o proxecto, necesariamente interdisciplinar, de articulación dunha socioloxía sensible ás diferencias culturais e á especificidade histórica, superando a tentación antiepistémica dun relativismo paralizante. Porque, aínda que é certo que categorías socioculturais básicas como xénero, raza ou clase demandan unha teoría social que tome en consideración a diferenza específica dos fenómenos analizados, é igualmente innegable a posibilidade e a esixencia, inscritas ambas

³ Num *lapsus calami*, o parágrafo anuncia quatro linhas, mas apenas debulha três.

nestas mesmas experiências, de superar a tentación da súa inconmensurabilidade. (González-Millán 2000: 18)

Esta citação é completada numa nota de rodapé, onde indica que o seu argumento se baseia nas críticas de um livro co-editado por E. Wood e J. Foster ao «relativismo cultivado em maior ou menor grao polos diversos posmodernismos» (18). Refere-se a *In Defense of History: Marxism and the Postmodern Agenda* (1997), que, além do limiar e do fechamento assinado pelos editores — que dirigiram em diferentes épocas a revista marxista norteamericana *Monthly Review* —, abre com um capítulo de Terry Eagleton, intitulado «Where Do Postmodernists Come From?», e fecha com outro de Fredric Jameson, «Five Theses On Actually Existing Marxism». Esta monografia está situada na sustentada crítica marxista ao pós-modernismo por causa da morte da história, da dissolução do projeto ilustrado/iluminista e, como assinala Eagleton, com tanta retranca como decepção em *After Theory*, do desaparecimento das ideologias, do conhecimento objetivo — a *verdade* — e dos valores universais (2003: 1-22). Para a esquerda histórica, essa mudança constitui uma entrega dos saberes, dos direitos e do desejo diante do capitalismo.

Portanto, as categorias de género, raça e sexualidade são para o marxismo radical apenas substitutos fracos das ideias fortes do pensamento radical, baseado nas ideias de classe, estado, ideologia, revolução. Com efeito, as ideias de sujeito, subjetivação e história mudam de forma determinante nos estudos de género e sexualidade, que além do mais, salvando poucas exceções, não só problematizam o estado-nação⁴ mas também reativam a tradicional crítica da teoria feminista às diversas configurações da nação.

Con la puesta en tela de juicio del universalismo y la diversificación de los discursos del saber y del poder, se integran de manera sistemática datos culturales, geográficos e históricos a cualquier reflexión sobre el sujeto, derrumbado y sustituido por nociones tales como subjetivi-

⁴ Nos estudos de género tem sido muito influente o debate sobre o tema por Judith Butler e Gayatri Spivak, que se recolhe em *Who Sings the Nation-State?* (2007).

dad (que incluye el cuerpo) o subjetivación (que incluye la historia). Se da paso a la emergencia de filósofas feministas que vuelven complejas las reflexiones de género, que aportan una crítica al colonialismo y al pensamiento feminista eurocéntrico y que diversifican los discursos y los posicionamientos. De hecho, se vuelve a pensar el feminismo como discurso racializado e historizado, se pone en evidencia la sexuación de la colonización y del nacionalismo, y, desde entonces, se ofrece un espacio y una expresión a la diferencia incluso en el caso de sujetos particulares tales como el sujeto subalterno, como lo proponen para la India los estudios subalternos. (Palaisi 2008: 61)

A teoria social crítica não se recusa a pensar a heterogeneidade. Uma citação de Calhoun, no limiar do livro, caracteriza a identidade como «experiencia simultánea nunha mesma persoa de varios tipos de identidades sociais» (cit. em González-Millán 2000: 16). Na sua interpretação da citação, González-Millán defende «a experiencia persoal como un criterio válido e relevante para a análise social». Posiciona-se a favor da

heteroxeneidade, silenciada pola antropoloxía cultural ata hai unhas décadas, como un criterio que facilita a identificación das tensións internas nas formacións sociais analizadas e magnifica a porosidade das varias identidades que coexisten nunha mesma persoa como ente social. (19)

Manifesta-se explicitamente contra a homogeneização, pelo que podemos inferir que se posiciona mesmo ao lado das propostas teóricas de interseção das categorias identitárias; ou seja, na encruzilhada das teóricas feministas da terceira onda, onde género e raça se cruzam, entre outras, com a sexualidade e a etnia. As bases do seu pensamento estão claramente localizadas na rejeição do universal homogeneizador para defender a diferença e a subalternidade como contraespaço epistemológico, fatores que hipoteticamente permitiriam o diálogo com os estudos de género e sexualidade. Porém, não é assim. A razão está na pegada foucaultiana, ou seja, nos excessos de discursividade, já apontados na sua leitura de Fraser, que repete ao citar outras teóricas feministas. Wood, Foster e González-Millán incomo-

dam-se com a insistência da esquerda pela sociedade civil e com a multiplicação de experiências emancipatórias marcadas pelo diferencialismo identitário, porque isso significaria um deslocamento para os emergentes movimentos sociais e o consequente abandono da luta pelo poder político (2000: 103).

Para Rosi Braidotti, uma teórica feminista distante da teoria social crítica, que vem justamente do pensamento da diferença e combina Gilles Deleuze com Luce Irigaray, a inflação de diferenças não constitui obstáculo algum:

Looked at from the angle of «different others», this inflationary production of different differences simultaneously expresses the logic of capitalist exploitation, but also the emerging subjectivities of positive and self-defined others. (Braidotti 2002: 13)

A mesma pensadora é muito crítica com Jameson e, portanto, com a teoria marxista, devido à sua linearidade e esquematismo binomial, que não servem para descrever adequadamente a contemporaneidade.

I find his unilinear mode of thinking especially ill-suited to contemporary complexities. [...] Major axes of dissonance are sexual difference, gender, ethnicity, age, religious and national identity and social class, as well as access to education. It is this proliferation of dissonant differences that makes the nomadic practice of philosophy into a complex and multi-layered which web of power-relations which breaks up bilateral and usually binary or dualistic modes of interrelation. I think Marxist modes of social analysis do not escape from binarism and in some ways, notably in the opposition between «ideology» and «science», re-assert it with distressing conviction. (Braidotti 2002: 185)

Braidotti nunca rejeita a polémica e defende, com argumentos semelhantes, o seu distanciamento de «neo-liberals like [Martha] Nussbaum» (2002: 3), defendendo, pelo contrário, que a rejeição da linearidade e a abordagem não unitária do sujeito não têm de resolver-se necessariamente em posicionamentos de relativismo moral ou epistemológico.

Porque cito a Braidotti? Para constatar que González-Millán escreve numa época em que os estudos de género e sexualidade produzem desconfiança pela acumulação de diferenças identitárias, o «“enutjós i simptomàtic etcètera” que acompanya els gestos de reconeixement de la diversitat humana» (Birulés 2014: 36),⁵ mas também pelo facto de a teoria feminista ocupar lugares ideológicos opostos, como o de Braidotti frente a Nussbaum, o que implica um «reconeixement *de facto* de la pluralitat, del desaccord enriquidor» (165).⁶

EXPERIÊNCIA E CONTRAESFERA PÚBLICA.

O FEMINISMO COMO MOVIMENTO SOCIAL

Se algo caracteriza a produção de González-Millán é o seu amplo conhecimento dos debates teóricos da academia anglo-americana. Assim, e ainda que não incorpore a teoria feminista, isso não o impede de colocar alguns contributos na sua constelação de saberes, muitas vezes como notas marginais ou apostilas a uma afirmação, salvo no caso de um dos nomes fundamentais dos estudos de género, Joan W. Scott, que não só contribuiu para o diálogo entre a teoria feminista norte-americana e o pensamento francês. No seu muito citado artigo «Gender: A Useful Category of Historical Analysis» (1986), delimitou o conceito género (*gender*) e colocou-o em relação ao determinismo social do conceito marxista de classe (*class*) e o de raça (*race*). González-Millán cita apenas dois trabalhos de Scott (1988 e 1996) para analisar a *experiência social* e, particularmente, pelo questionamento que a teórica faz do domínio da classe trabalhadora em

⁵ Para pensar a diferença sexual, Birulés retoma a expressão «symptomatic and embarrassing etcetera» do especialista em estudos afro-americanos Henry Gates, popularizada por Judith Butler (1990: 196). Ambas as pensadoras debulham o conceito, para além do cansaço produzido pela proliferação e soma das diferenças oposicionais na terceira onda feminista, a fim de sublinhar as dificuldades que implica o gesto de reconhecimento da diversidade humana (Zerilli 1998: 3-4), que, diante da impossibilidade de limitar o sujeito situado — sempre podem surgir novas posições identitárias —, oferece um ponto de partida para a teoria feminista (*ib.*).

⁶ Para as tensões terminológicas sobre o conceito género, ver Agra (2020) e Segarra (2021).

E. P. Thompson. Para Thompson, este é o grupo privilegiado, o que implica que a classe social inclui outras posições de sujeito relevantes para radiografar a experiência social como o género, a especificidade histórica, a raça, a etnia e a sexualidade (González-Millán 2000: 45-6). Embora pareça contraditório com as precauções contra a pluralidade apontadas na seção anterior, González-Millán parece concordar com a «reivindicación dunha imaxe máis plural das *experiencias sociais*» (45). O plural em itálicos é do autor.

Atualmente, algumas posições preferem — eu prefiro — a denominação *racialização*. As razões são duas. Primeiro, a translação meramente linguística de *raça* não traduz o contorno sociocultural e legal que esse conceito possui no contexto norte-americano contemporâneo. Em segundo lugar, *raça* conserva a conceção imanente, fenotípica e essencialista que modulou o discurso colonial para justificar o seu racismo, ou seja, a escravidão, a segregação e a desigualdade, e reafirma o pacto epistemiocida (Carneiro 2021: 5). Pelo contrário, a socióloga e feminista radical Colette Guillaumin, formada na esteira de Franz Fanon, propõe e defende extensivamente *racialização* em *L'Idéologie raciste: genèse et langage actuel* (1972). Costumo dizer que *racializar* enfatiza que a «raça» é produzida por um efeito de leitura projetada nos corpos para produzir uma diferença, discriminatória ou, no caso de autodesignação, orgulhosamente afirmativa.⁷ Talvez a preeminência do termo *racializar* não quadre muito bem com o livro de González-Millán (2009: 68-9) à luz da crítica à desconstrução que materializa Scott sobre o conceito de *experiência*, sobretudo pela marca foucaultiana; quer dizer, porque no «tratamento *discursivo* das relacións de poder, Scott traballa cunha cuestionable identificación entre o *político* e a súa metaforización *simbólica* e *lingüístico-discursiva*» (69).

Apesar do distanciamento dos estudos feministas, González-Millán recolhe e destaca as contribuições de Rita Felski no seu livro *Beyond Feminist Aesthetics: Feminist Literature and Social Change*

⁷ Pergunto-me, e não tenho resposta, o que González-Millán pensaria sobre a autodesignação identitária que permeia os debates deste século, sejam sobre racialização ou identidade de género, e mesmo sobre a adscrição nacional.

(1989), muito influente nos estudos de género. Ele está interessado na formulação do conceito de «contraesfera feminista» (*feminist counter-public sphere*), que, seguindo Hansen (2000: 67), traduz como (*contra-)*espaço, para compreender as relações entre o discurso literário e as restantes esferas sociais. É muito interessante a sinopse de Felski que fornece:

[...] en primeiro lugar, evita a simplista homologación entre texto e xénero; en segundo lugar, precisamente porque o espacio público feminista é considerado ao mesmo tempo como unha ideoloxía utópica e unha determinada serie de prácticas culturais gobernadas por específicas condicións políticas e socioeconómicas é capaz de explicar as contradicións e tensións nos movementos feministas; e, finalmente, este concepto axuda a entender a especificidade do feminismo contemporáneo como un vehículo de transformación ideolóxica e social, porque ofrece un marco analítico o suficientemente flexible como para investigar as múltiples e contradictorias influencias que determinan o feminismo como unha complexa rede de prácticas sociais e culturais. (67-8)

A sinopse, pela sua brevidade, acaba por ser um tanto obscura, particularmente no que diz respeito à primeira das contribuições, quando afirma que «evita a simplista homologación entre texto e xénero» (67). Felski parte de uma distinção que Toril Moi defende, e converte em popular, no seu livro *Sexual/Textual Politics* (2002 [1986]). Moi pretende oferecer uma abordagem à teoria — não apenas ao movimento — feminista de segunda onda e distingue dois blocos: o que denomina «crítica feminista anglo-americana» (Virginia Woolf, Kate Millet, Elaine Showalter, entre outras), caracterizada como empírica, voltada para a conquista da igualdade de direitos e até mesmo andrógena, em comparação com o que chama «teoria feminista francesa», que participa do pós-estruturalismo, voltada para o texto e marcada pelo pensamento da diferença sexual (Luce Irigaray, Hélène Cixous e Julia Kristeva, entre outras).⁸ Estas duas tendências,

⁸ Com a denominação «nacionais», Moi não refletia o lugar de nascimento ou raízes das autoras, mas a sua filiação a uma dessa duas tradições teóricas: «A final point: the terms “Anglo-American” and “French” must not be taken to represent purely national demar-

nas palavras de Felski, «can be described as ‘instrumental’ and ‘aesthetic’ theories of the text» (1989: 3).

Ao debulhar as contribuições de Felski, González-Millán considera o feminismo um movimento social caracterizado por uma ideologia utópica e uma prática cultural contraditória. Portanto, ele está ciente da multiplicidade de posições dos feminismos — e, assim, do sujeito social *mulheres*, formulado no plural pela terceira onda feminista — mas implicitamente recusa o seu reconhecimento como teoria, quer dizer, como pensamento especulativo. É verdade que no capítulo 2 do livro de Felski há um subcapítulo intitulado «Feminism as a Social Movement», mas, sem dúvida nenhuma, o que esta obra pretende é articular uma teoria da política feminista da textualidade.

Porque cita a Felski para, a seguir, problematizar esse conceito de experiência de Joan Scott (González-Millán 2000: 68)? A razão, novamente, está no livro de Felski, quem dedica os capítulos 3 e 4 a analisar, de uma perspectiva histórica, a escrita feminista em primeira pessoa desde a confissão até o romance de autodescoberta, pondo em jogo conceitos como «identidade feminina» e «comunidade», para, no capítulo 5, formular a «contraesfera pública feminista».

González-Millán voltará a afirmar o caráter de movimento social numa seção sobre despolitização, que, a seu ver, é consequência da «fragmentación e o conseguinte escepticismo fronte ás estratexias que teñen como obxectivo a transformación social da sociedade» (119). Também menciona os limites das contribuições de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, pela «difusa e abstracta concepción foucaultiana do poder social» (*ib.*), no livro *Hegemony and Socialist Strategy: Towards a Radical Democratic Politics* (1985). Reproduz uma citação de Linda A. Kauffman,

cation: they do not signal the critics’ birthplace but the intellectual tradition within they work. Thus I do not consider the many British and American women deeply influenced by French thought to be “Anglo-American” critics» (2002 [1986]: xiv). Moí não leva em conta os contributos de Françoise Collin à teoria feminista francesa, relevantes para pensar questões-chave como «praxe», «diferença sexual» ou «universalismo», talvez porque grande parte da sua produção tenha sido publicada na revista *Les Cahiers du GRIF*, como pode ser visto na seleção *Praxis de la diferencia: entre libertad y liberación* (2006), editada por Marta Segarra, com posfácio de Fina Birulés.

ativista em vários movimentos sociais radicais e autora do artigo «The Anti-Politics of Identity» (1990):⁹

Deuse un deslizamento da concepción da identidade na que o poder estaba relacionada co ámbito do poder político á visión de que tódalas formas de poder teñen unha mesma relevancia política [...]. Cando todo é categorizado como político, é practicamente imposible reformular unha estratexia política minimamente efectiva, porque non se dispón dunha linguaxe ou dunha perspectiva teórica que posibilite a distinción entre formas e niveis de poder político. [...] ¿Como expandir co concepto do *político* para incorporar — e axudar a combater — a dominación histórica e a exclusión da muller, da xente de color, dos homosexuais e as lesbianas? (*apud* González-Millán 2000: 120-1).

No comentário que segue a citação, González-Millán insiste na consideração de que os movimentos sociais têm influência na «nova esquerda», aborda em detalhe as diferenças a respeito da esquerda *tradicional* e expõe a consequência de privilegiar a configuração de novas identidades: a renuncia a transformar o mundo devido a que a categoria universal do marxismo, o proletariado, é substituída por pequenas comunidades não hierarquizadas que se baseiam no princípio da autenticidade nas relações pessoais (121-4). Não pode deixar de se questionar sobre esse assunto, ainda que o apresente explicitamente como um limite infrutífero devido «ao excessivo protagonismo asignado á cuestión das identidades e ós procesos de formación do diferencialismo culturalista» (123).

A política identitária oferece dificuldades também do ponto de vista dos estudos de género e sexualidade, particularmente

⁹ Por *lapsus calami*, González-Millán reproduz a autoria sem o primeiro nome e em masculino: «o mesmo A. Kauffman» (120). É surpreendente que cite L. A. Kauffman, que na época era basicamente diretora da norteamericana *Socialist Review* e nome recorrente nos movimentos sociais, incluindo o feminismo, as ações anti-AIDS, o antirracismo e a resistência ao trumpismo, mas que como autora apenas publicou um livro, *Direct Action: Protest and the Reinvention of American Radicalism* (2017). Não surpreende que González-Millán tome em conta a *Socialist Review*, uma publicação de referência nos debates académicos da esquerda, onde publicara Donna Haraway um dos textos mais críticos com o feminismo identitário, «A Manifesto for Cyborgs» (1985), e muitos outros artigos sobre revolução, ativismo feminista e lésbico Nancy Fraser e Iris Marion Young, embora não são tidas em conta em *Resistencia cultural e diferencia histórica*.

pelo recurso à autenticidade e ao essencialismo. Mas a dificuldade de ampliar a consideração do que é política para o ideário e para a praxe dos movimentos de exclusão que formula L. A. Kauffman tem a ver, penso eu, com uma crítica ao multiculturalismo baseado em identidades oposicionais. A partir de um quadro teórico que não é o de González-Millán e tampouco o multicultural, Birulés reflexiona sobre a diferença em relação à política, e resolve as contradições teóricas, a partir de uma pergunta de Jacques Derrida e Élisabeth Roudinesco: «Com pensar la diferència com un universal sense cedir ni al comunitarisme ni al culte narcisístic a les petites diferències?» (Birulés 2014: 39). A resposta combina o feminismo da diferença com a esfera pública:

[Françoise Collin] no ha deixat de recordar-nos que, en el marc del feminisme, es tracta de pensar una igualtat que no sigui de l'ordre de la igualació i una diferència que consisteixi en el desplaçament i no pas en l'assignació.

Solem pensar que els éssers humans ens relacionem pel que tenim en comú, però és ben al contrari: les relacions polítiques es produeixen gràcies a la singularitat de cadascú. [...] la diferència no és una distinció, una essència o una oposició sinó un diferir, un moviment d'espaiament, [...] una referència a l'alteritat, a una heterogeneïtat que, d'entrada, no està lligada a cap oposició (40).

POSIÇÕES OU IDENTIDADES SOCIAIS?

A UBIQUIDADE DA RESISTÊNCIA

O quinto capítulo de *Resistencia cultural e diferencia histórica* reconhece a contribuição decisiva de Michel Foucault¹⁰ na defesa da ubiquidade da resistência, que inclui a conhecida frase: «Là où il y a pouvoir, il y a résistance et que pourtant, ou plutôt par là même, celle-ci n'est jamais en position d'extériorité par rapport au pouvoir» (1994 [1976]: 126). González-Millán constata que

¹⁰ É surpreendente que González-Millán, sempre tão preciso, quase não se remete à obra de Foucault no seu livro, mostrando, talvez, que não partilha a mistificação do autor francês e citando algumas das suas ideias mais difundidas. Na bibliografia, inclui o primeiro volume, em inglês, de *The History of Sexuality*.

esta conceção do poder «privilegia a subversión sobre a insurrección e restaura formas de resistencia previamente relegadas» (2000: 125). A distinção entre a subversão frente à insurreição revolucionária leva-o a valorizar a obra de duas antropólogas feministas, embora analise as suas contribuições sobre o poder e não os seus trabalhos sobre género e sexualidade. Deve-se lembrar que, apesar da influência foucaultiana, a teoria feminista reconheceu a profunda mudança ocorrida no reconhecimento das mulheres e ressemantizou o conceito histórico de revolução como «revolución silenciosa das mulleres» (González Fernández 2012: 119), que, para Birulés (2018), seguindo Hannah Arendt, é uma *revolución sem modelo*.

Os textos de Sherry Ortner permitem a González-Millán afirmar que as formas de poder e de resistência não se desenvolvem apenas em «âmbitos privilegiados como o político ou o económico» (2000: 126), com as possibilidades que se oferecem noutros terrenos, como a cultura e a religião; por isso sublinha, em nota de rodapé, que no caso galego a literatura foi utilizada para resistir e articular um projeto nacional, aspeto que ele próprio tinha analisado em livros e artigos anteriores. Também usa Ortner para criticar, tanto em Jameson quanto em Francisco Rodríguez, a autenticidade do endogenismo enxebrista e o peso excessivo do realismo para distinguir as diferenças inerentes à identidade cultural (126-30). O debate sobre o realismo é, de facto, um lugar comum nas literaturas emergentes até que a popularização e o estudo da ficção especulativa nessa mudança de século, também da feminista, vem a destacar o seu carácter de ficção política. Ortner defende a inevitável «heterogeneidade interna dos grupos subalternos» (126), por isso distingue entre *posições* — «determinadas por diversas condições: idade, sexo, etc.» (*ib.*) — e *identidades sociais* — «por exemplo, a sua condición de ente nacional» (*ib.*). Com esta paráfrase, González-Millán reafirma que a diferença nacional é uma identidade social central «que en principio parece determinar tódolos demais comportamentos» (*ib.*). A minha posição, porém, é bem outra, por isso usei a metáfora do guarda-chuva totalizador (*totalizing umbrella*),

que vem dos estudos pós-coloniais feministas, especificamente de R. Radhakrishnan (González Fernández 2005).

De Lila Abu-Lughod interessa-lhe a González-Millán apenas um artigo inicial, «The Romance of Resistance: Tracing Transformations of Power Through Bedouin Women» (1990),¹¹ que lhe permite destacar o papel da instituição literária na resistência de uma comunidade tradicional contra a instituição sócio-política dominante. O exemplo parece-lhe apropriado porque vem demonstrar que os complexos e contraditórios elementos de resistência permitem identificar as posições de poder, a sua transformação histórica e a sua maleabilidade para se entrelaçar, além do local, com outros sistemas estrangeiros.

DIFERENÇA HISTÓRICA: A NAÇÃO SEM CORPOS

Resistencia cultural e diferencia histórica diagrama e ordena os debates que acompanham a emergência da subalternidade em tempos de globalização, a diversidade de subjetividades e teorias que caracterizam a pós-modernidade e ensaia as possibilidades que oferecem esses quadros teóricos para renovar os estudos culturais na Galiza. Seguindo Sherry Ortner, González-Millán pensa que a nação é o espaço no qual se subsumem outras diferenças «de parte», que considera apenas movimentos sociais e não teorias sobre o género, a racialização ou a idade. Leu algumas contribuições de teóricas feministas reconhecidas, particularmente Joan Scott, Rita Felski, Nancy Fraser e Lila Abu-Lughod, e tem-nas em consideração na complexa análise dos conceitos de experiência, diferença e identidade, espaço público e contraesfera. Cita pontualmente Seyla Benhabib, Chantal Mouffe ou Gayatri C. Spivak, que lhe servem para alertar sobre os excessos de entender a dinâmica sociocultural a partir do ato

¹¹ Esta influente antropóloga orientalista e feminista compartilhou leituras com nomes fundamentais da teoria feminista e dos estudos de género, no Williams College, como Catharine MacKinnon, Adrienne Rich e Wendy Brown, e posteriormente fez parte do Institute for Advanced Study (IAS), em Princeton, onde entrou em contato com Judith Butler, Evelyn Fox Keller e Donna Haraway.

enunciativo (González-Millán, 2000: 152). Esta razão e ainda o distanciamento do que considera relativismo diferencial, impediu que reconhecesse plenamente as autoras citadas e mesmo que obviasse autoras fundamentais e provocadoras dos estudos de género, como Judith Butler, Donna Haraway ou, ao esquematizar as contribuições do desaparecido Centre for Contemporary Cultural Studies da Universidade de Birmingham, Angela McRobbie, quem fora, justamente, muito crítica pela ausência de uma perspectiva de género nos estudos culturais. Pontualmente menciona Sheila Rowbotham, uma autora do marxismo cultural britânico muito influente no feminismo das décadas de 1970 e 1980 (37).

González-Millán, neste *reader* generoso e profuso, demonstra que sabia dos debates sobre a diferença sexual, ainda que os colocasse em relação a um movimento social ou uma prática. É verdade que, na viragem do século, a teorização sobre o género e a sexualidade chocava não apenas com uma subjetividade marcada pelo «sintomático etcétera» mas com uma teoria plural que permite fortes contradições ideológicas sobre o modelo de sociedade. Não dialogou, mas utilizou algumas dessas contribuições para delimitar conceitos e assinalar as tensões que acompanham a diferença nacional subalterna vista a partir da teoria social crítica do final do século xx. Daí surge, porém, uma nação sem género, sem sexualidade e sem corpos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abu-Lughod, Lila (1990). «The Romance of Resistance: Tracing Transformations of Power Through Bedouin Women». *American Ethnologist*, 17 (1), 41-55.
- Agra, María Xosé (2020). «Género: embrollo y desacuerdo». Fuster, À. Lorena (ed.), *Palabras clave. Reflexiones para Fina Birulés*. Barcelona: Icaria, 91-9.
- Birulés, Fina (2014). *Entre actes: entorn de la política, el feminisme i el pensament*. Canet de Rosselló: Trabucaire.
- Birulés, Fina (2018). *Feminisme: una revolució sense model*. Barcelona: CCCB.
- Braidotti, Rosi (2002). *Metamorphoses: Towards a Materialist Theory of Becoming*. Cambridge: Blackwell.
- Butler, Judith (1990). *Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity*. Nova Iorque e Londres: Routledge.
- Butler, Judith; Spivak, Gayatri (2007). *Who Sings the Nation-State?* Londres, Nova Iorque e Calcuta: Seagull Books.
- Calhoun, Craig (ed.) (1992). *Habermas and the Public Sphere*. Cambridge: The MIT Press.
- Calhoun, Craig (1997). *Nationalism*. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- Calhoun, Craig (2002). «Imagining Solidarity: Cosmopolitanism, Constitutional Patriotism, and the Public Sphere». *Public Culture*, 14 (1), 147-71.
- Calhoun, Craig (2007). *Nations Matter: Culture, History and the Cosmopolitan Dream*. Londres: Routledge.
- Carneiro, Sueli (2021). «Fazer da reflexão intelectual uma espada, como convém a uma filha de Ogun». *LASA Forum*, 52 (2), 3-5. <https://forum.lasaweb.org/files/vol52-issue2/Kalman-Silvert-Award.pdf>.
- Casas, Arturo (2007). «Xoán González-Millán: itinerarios teóricos». González Fernández, Helena; Lama López, María Xesús (coords.), *Mulleres en Galicia. Galicia e os outros pobos da península: Actas VII Congreso Internacional de Estudos Galegos. Barcelona, 28 ó 31 de maio de 2003*. Sada: Edición do Castro, Asociación Internacional de Estudos Galegos e Universitat de Barcelona, 61-8.
- Collin, François (2006). *Praxis de la diferencia: entre libertad y liberación*. Segarra, Marta (ed.). Barcelona: Icaria.
- Eagleton, Terry (2003). *After Theory*. Londres: Penguin Books.
- Fantasia, Rick; Hirsch, Eric (1995). «Culture in Rebellion: The Appropriation and Transformation of the Veil in the Algerian Revolution». Johnston, Hank (ed.), *Social Movements and Culture*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 144-60.

- Felski, Rita (1989). *Beyond Feminist Aesthetics. Feminist Literature and Social Change*. Cambridge, MA: Harvard U. P.
- Foucault, Michel (1994 [1976]). *Histoire de la sexualité I, La volonté de savoir*. Paris: Gallimard.
- González Fernández, Helena (2005). *Elas e o paraugas totalizador*. Vigo: Xerais.
- González Fernández, Helena (2012). «Dona i nació: com somniar la revolució?». Martí-Jufresa, Felip; Bassas, Xavier (eds.), *Què se n'ha fet de la veritat? Què se n'ha fet de la revolució?* Barcelona: Arts Santa Mònica, 114-31.
- González-Millán, Xoán (2000). *Resistencia cultural e diferencia histórica*. Santiago de Compostela: Sotelo Blanco.
- Guillaumin, Colette (1972). *L'Idéologie raciste: genèse et langage actuel*. Paris e A Haia: Mouton & Co.
- Kauffman, L. A. (1990). «The Anti-Politics of Identity». *Socialist Review*, 20 (1), 67-80.
- Laclau, Ernesto; Mouffe, Chantal (1985). *Hegemony and Socialist Strategy. Towards a Radical Democratic Politics*. Londres e Nova Iorque: Verso.
- Moi, Toril (2002 [1986]). *Sexual/Textual Politics*, 2ª. ed. Londres e Nova Iorque: Routledge.
- Palaisi, Marie-Agnès (2008). «Saberes nómades. El sujeto nómade como contraespacio epistemológico». *Enrahonar. An International Journal of Theoretical and Practical Reason*, 60, 57-73.
- Scott, Joan W. (1986). «Gender: A Useful Category of Historical Analysis». *The American Historical Review*, 91 (5), 1053-75.
- Scott, Joan W. (1988). *Gender and the Politics of History*. Nova Iorque: Columbia University Press.
- Scott, Joan W. (1996). «The Evidence of Experience». McDonald, Terrence (ed.), *The Historic Turn in the Human Science*. Ann Arbor: The University of Michigan Press.
- Segarra, Marta (2021). *Género. Una inmersión rápida*. Barcelona: Tibidabo Ediciones.
- Williams, Raymond (1977). *Marxism and Literature*. Oxford: Oxford U. P.
- Wood, Ellen M.; Foster, John B. (eds.) (1997). *In Defense of History: Marxism and the Postmodern Agenda*, Nova Iorque: Monthly Review Press. [Reeditado en Delhi: Aakar Books, 2006].
- Zerilli, Linda (1998). «This Universalism Which Is Not One». *Diacritics*, 28 (2), 2-20.